



Associação de História da Educação de Portugal - HISTEDUP

Newsletter 5
Abril 2016

EDITORIAL

Estamos sensivelmente a meio de um percurso que ousámos iniciar, rompendo com a apatia, carregada sempre de boas intenções mas pouca disponibilidade para encetarmos uma rutura que desse corpo e voz a um grupo com identidade científica própria. Temos procurado sobreviver afirmando-nos interna e externamente, contando com todos aqueles que têm confiado neste grupo, aparecendo, sugerindo, criticando mas revelando sempre interesse pelo caminho da HISTEDUP.

Hoje podemos já contar com algumas iniciativas, uma publicação, uma visibilidade junto de parceiros internos e externos que, tal como nós, têm o desejo de partilhar, dialogar, concretizar e perspetivar ações que reafirmem e destaquem o que nos une. Estamos empenhados em solidificar e alargar este espaço e estas parcerias promovendo ainda mais evidências sobre aquilo que somos capazes de fazer.

Do caminho percorrido será importante destacar o diálogo com a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e com as Sociedades de História da Educação estrangeiras, seja no quadro de iniciativas comuns como são o COLUBHE ou o Encontro Ibérico, mas também marcando a nossa estratégia nos foruns internacionais – ISCHE, CIHELA, entre outros – passando aí a figurar como interlocutores de nível e representatividade idêntica àquela que os nossos parceiros possuem.

Durante o COLUBHE a realizar no Porto entre 20 e 23 de junho, guardaremos um espaço (ver convocatória nesta Newsletter) para prestar contas, justificar opções, mas também, esperamos, para ouvir sugestões para a segunda parte do nosso mandato. Sendo importante o pagamento das quotas, diríamos que muito mais importante será o contributo intelectual, pessoal, frontal, produtivo para aquilo que queremos que seja a nossa Associação.

Nós vamos *passar* mas o maior desejo é deixarmos um grupo que seja capaz de dar continuidade a um projeto (HISTEDUP) que, sempre acreditámos e foi por isso que nos disponibilizámos, sendo uma ambição histórica, tem todas as potencialidades para se inscrever no tempo longo, deixando de lado as divergências do tempo curto.

Nesta edição:

<i>Editorial</i>	1
<i>Destaques</i>	2
<i>Notícias</i>	4
<i>Recensões</i>	8
<i>Encontros Científicos</i>	29
<i>Revistas Internacionais de História da Educação</i>	30
<i>Contatos</i>	31

Coordenação editorial:

Lúis Alberto Marques Alves
Joaquim António de Sousa
Pintassilgo
Carlos Miguel Manique da Silva
Cláudia Sofia Pinto Ribeiro
Rodrigo Martins Pinto de Azevedo

Conceção e execução gráfica

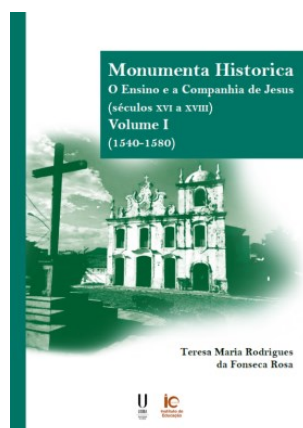
Alda Namora de Andrade

A Direção

DESTAQUES

LANÇAMENTO DE LIVROS

29 DE ABRIL, 6ª FEIRA | 15H – 17H, Auditório II
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA



HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLOGIAS DE PESQUISA: BALANÇO DA INVESTIGAÇÃO PORTUGUESA (2005-2014)*

Coordenação: Luís Alberto Marques Alves & Joaquim Pintassilgo

Autores: Justino Magalhães ▪ Luís Alberto Marques Alves ▪ Joaquim Pintassilgo ▪ Anabela Teixeira ▪ Cláudia Ribeiro ▪ Ana Isabel Madeira ▪ Carlos Manique ▪ Maria João Mogarro ▪ Helena Cabeleira ▪ Carlos Beato ▪ António Nóvoa

APRESENTAÇÃO E COMENTÁRIO (INTERVENÇÕES):

- »» Sérgio Campos Matos (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
- »» Jorge Ramos do Ó (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa)
- »» Luís Alberto Marques Alves (Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

MONUMENTA HISTORICA: O ENSINO E A COMPANHIA DE JESUS (e-Book)

Autora: Teresa da Fonseca Rosa

APRESENTAÇÃO E COMENTÁRIO (INTERVENÇÕES):

- »» Miguel Corrêa Monteiro (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)
- »» Justino Magalhães (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa)
- »» Teresa da Fonseca Rosa (Instituto de Educação da Universidade de Lisboa)

* Os sócios da HISTEDUP terão direito à oferta de um exemplar do livro.

Encontro Internacional da rede «SPECIES» | Pacifismo e Educação

De 21 a 23 de abril | Auditório I

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação - Universidade do Porto

PROGRAMA DO ENCONTRO INTERNACIONAL DA REDE «SPECIES»

PACIFISMO E EDUCAÇÃO (SÉCULOS XIX E XX)

FPCE-UP, 21 a 23 de abril de 2016

Auditório 1

Dia 21 de Abril

17h30 - Sessão de Abertura

18h00 - Maria Manuela Tavares Ribeiro (Univ. de Coimbra)

Conferência - *Pacifismo em Portugal e na Europa no século XX*

Moderadora: Margarida Louro Felgueiras (Univ. do Porto)

19h00 - Abertura da *Exposição Evocativa dos 100 anos da Grande Guerra e a luta pela Paz*

19h30 - Porto de Honra

Dia 22 de Abril

Mesa 1. Movimentos sociais, educação e pacifismo

Moderador: José António Afonso (Univ. do Minho)

9h15 - Joaquim Pintassilgo (Univ. de Lisboa)
Anarquismo, pacifismo e educação em Portugal nas primeiras décadas do século XX

9h45 - Lúcia Serralheiro (Univ. Aberta) & Maria José Magalhães (Univ. do Porto)
A educação em dois momentos da organização de feministas para a paz (de 1899 a 1952)

10h45 - Debate

11h15 - Pausa para Café

Moderador: António Gomes Ferreira (Univ. de Coimbra)

11h30 - Luís Grosso (Univ. do Porto)
A educação é um fator essencial para a paz: a ação do Bureau International d' Education (1925-1945).

12h00 - Damiano Matasci (Univ. de Genebra)
Forging a new international order. Peace education and international movements in the interwar period

12h30 - Debate

13h00 - Pausa para Almoço

Mesa 2. Pedagogia e Pacifismo

Moderador: Luís Mota (ESE de Coimbra)

14h30 - Luciana Bellatalla (Univ. de Ferrara)
Educazione e pace tra teoria e pratica

15h00 - Lúcia Fátima Jesus (UNEB- Brasil)
Educar... Ensinar... em direção ao pacifismo: o contributo de Paulo Freire.

15h30 - Debate

16h00 - Pausa para Café

Moderadora: Maria José Magalhães (Univ. do Porto)

16h30 - Philippe Simon (Univ. de Paris – Sorbonne, Paris IV)

A paz e o pacifismo no "Petit Larousse" (1906-2015)

17h00 - Margarida Louro Felgueiras (Univ. do Porto)
A pedagogia face ao problema da guerra e da paz

17h30 - Debate

18h00 - Reunião da SPECIES

20h30 - Jantar social dos membros da SPECIES

Dia 23 de Abril

Mesa 3. Religião, Cultura e Pacifismo

Moderador: Joaquim Pintassilgo (Univ. de Lisboa)

9h15 - José António Afonso (Univ. do Minho)
Compromisso com a paz. Propostas educativas dos protestantes portugueses no post I Guerra Mundial

9h45 - Edwin Keiner (Univ. Livre de Bolzano)
Avoiding the devil - the Educationalisation of social problems

10h15 - Debate

10h45 - Pausa para Café

Moderador: Philippe Simon (Univ. de Paris – Sorbonne, Paris IV)

11h00 - Iveta Kestere & Aija Gravite (Univ. da Letónia)
Defending world peace as a concept of civic education in the soviet School (1947-1978)

11h30 - António Gomes Ferreira & Luís Mota (Univ. e ESE de Coimbra)
A Educação para a Paz em Portugal no Século XXI. Busca de sentidos no espaço virtual.

12h00 - Debate

13h00 - Sessão de Encerramento
Síntese do Encontro com Luciana Bellatalla e Margarida Louro Felgueiras

13h30 - *Briefing* com a equipa SPECIES

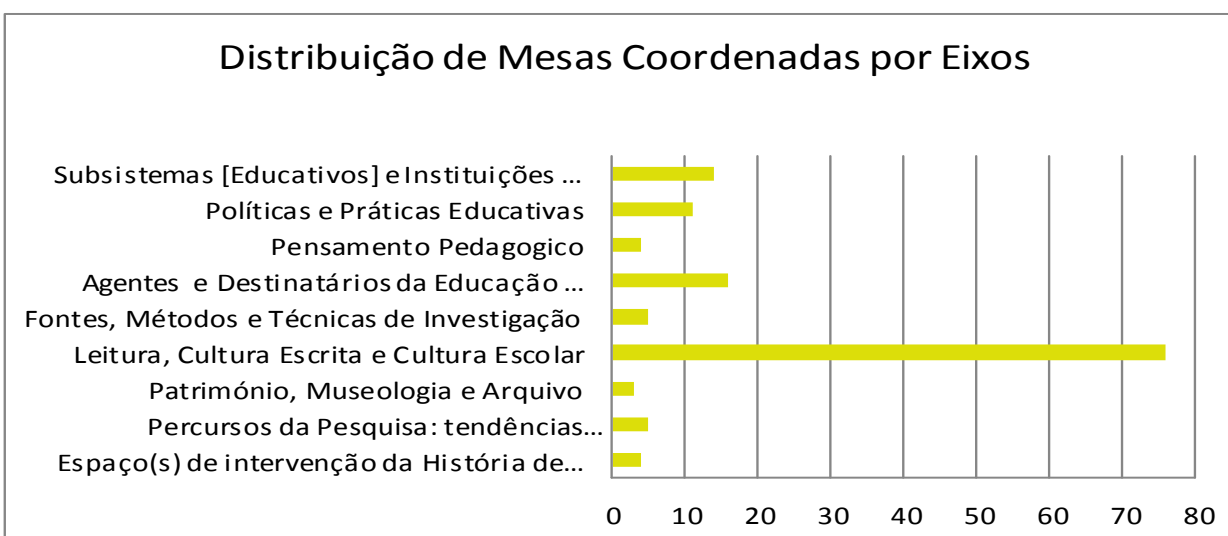
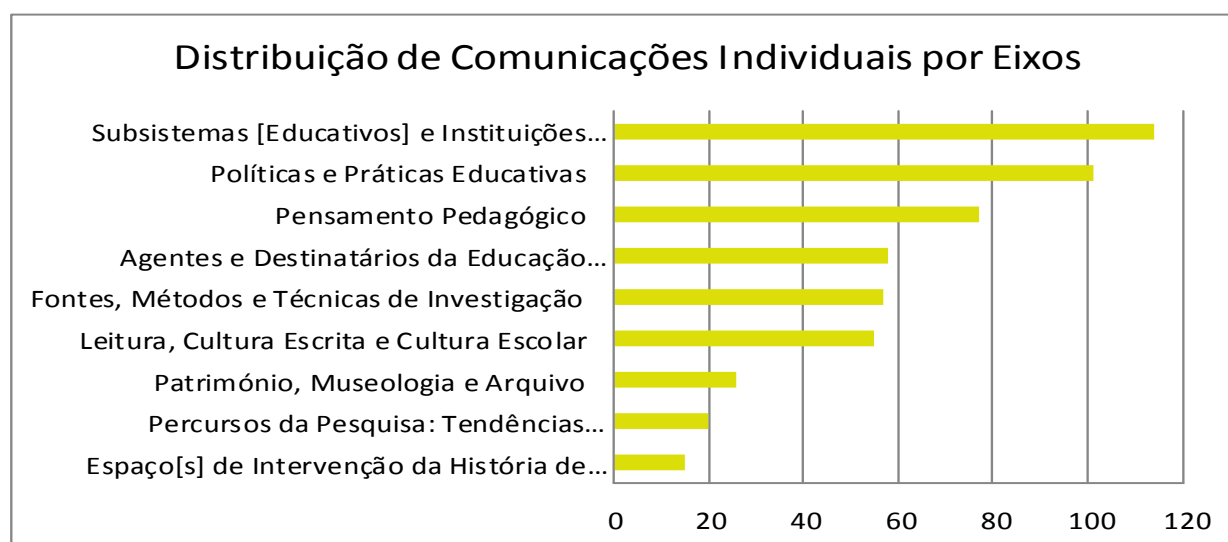
14h00 - Almoço com os membros da SPECIES

NOTÍCIAS

XI COLUBHE

Entre 20 e 23 de junho de 2016 irá decorrer o XI COLUBHE, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo como temática central “Investigar, Intervir e Preservar – Caminhos da História da Educação Luso-Brasileira”.

A fase de envio de trabalhos finais para o XI COLUBHE terminou em março de 2016 e foram enviados 458 trabalhos (79 mesas coordenadas e 379 comunicações individuais). A distribuição por eixos destes trabalhos poderá observar-se nos gráficos que se seguem.



O programa final do encontro será publicado no site do XI COLUBHE (<http://web3.letras.up.pt/colubhe/>) durante o mês de maio de 2016.

Todos os interessados em assistir às comunicações e mesas coordenadas do encontro ainda se poderão inscrever e realizar o pagamento até dia 30/04/2016.

ASSEMBLEIA GERAL - HISTEDUP

Vai realizar-se no dia 22 de junho, pelas 18h, na sala 302 da Faculdade de Letras da Universidade do Porto a Assembleia Geral da Associação de História da Educação de Portugal - HISTEDUP, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Relatório e Contas;
3. Plano de Atividades;
4. Outros Assuntos.

Aqui deixamos o incentivo a todos/as os/as sócios/as para que estejam presentes. A Assembleia decorre numa pausa dos trabalhos do XI COLUBHE.

Quota de 2016 da HISTEDUP – Campanha de sócios

Vimos lembrar-vos a conveniência de procederem ao pagamento da quota de 2016 da Associação de História da Educação de Portugal - HISTEDUP. Os sócios terão, como no ano transato, um conjunto de benefícios, designadamente um valor de inscrição menor no COLUBHE (como já puderam verificar), inscrições grátis em Encontros nacionais e preços especiais em publicações a que a Associação esteja ligada (como o livro com os textos do IV Encontro português que vai ser oferecido aos sócios).

No caso daqueles que já são sócios, basta que façam uma transferência no valor de 20€ para a conta da HISTEDUP - 003300004546422194405. Em seguida, devem enviar cópia digitalizada do comprovativo para o endereço de e-mail da Associação - sophe.pt@gmail.com.

No caso dos que ainda não são sócios, aqui fica o apelo para que se inscrevam. Só isso poderá fortalecer a Associação e permitir a realização de mais atividades. Segue o *link* para o boletim de inscrição. Depois de o preencherem, devem enviá-lo para o e-mail da Associação, juntamente com o já referido comprovativo de transferência.

[Boletim de inscrição](#)

A HISTEDUP já tem um logotipo!



HISTEDUP

ASSOCIAÇÃO
DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
DE PORTUGAL

Adesão à ISCHE –
International Standing Conference for the History of Education



A ISCHE está a transformar-se, no presente ano, numa organização com características mais formais, incluindo a inscrição de membros, o pagamento de quotas, a existência de um conjunto de benefícios para estes (no valor a pagar pela inscrição nas conferências ou pela aquisição de publicações), etc. Esta transformação decisiva foi aprovada em sucessivas assembleias realizadas nas últimas conferências, tendo sido corporizada nos atuais estatutos e regulamento. A nossa Associação, a HISTEDUP, vai, igualmente, associar-se à ISCHE, uma vez que existe a figura de membro coletivo destinada às sociedades nacionais. Aqui fica o nosso apelo para que se inscrevam como membros da ISCHE contribuindo, assim, para a consolidação da organização e para o fortalecimento da comunidade internacional de História da Educação. Recordamos o endereço do novo site da ISCHE, onde podem encontrar abundantes informações sobre a atividade associativa, para além de indicações sobre o processo de inscrição (em "join ISCHE"): <http://www.ische.org/>

Como tem sido divulgado, a Conferência deste ano realiza-se em Chicago entre 17 e 20 de agosto. Termina aí o mandato do representante português (Joaquim Pintassilgo), havendo eleições para duas vagas no Comité Executivo. A Direção da HISTEDUP já manifestou o seu apoio às candidaturas de uma colega argentina (Myriam Southwell) e de uma colega italiana (Simonetta Polenghi).

XII CIHELA – CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO IBERO-AMERICANA (MEDELLÍN, COLÔMBIA, 15 – 18 DE MARÇO DE 2016)



Na assembleia realizada no último CIHELA foi ratificada a decisão de realizar o XIII CIHELA no Uruguai em março de 2018. Foi aprovada a realização dos Congressos de 2020 e 2022 em Portugal e no Perú. Foi aprovado o apoio às candidaturas ao Comité Executivo da ISCHE das professoras Myriam Southwell (Argentina) e Simonetta Polenghi (Itália). Foi manifestado total apoio aos colegas argentinos para a organização da XXXIX ISCHE, a decorrer em Buenos Aires em julho de 2017.

VIII Encontro Ibérico de História da Educação - A História da Educação hoje: desafios, interrogações, respostas (8 – 10 de setembro de 2016, Lugo, Espanha)

O I Encontro Ibérico de História da Educação realizou-se em 1993 em São Pedro do Sul, tendo-se desenvolvido a partir daí uma intensa colaboração entre as comunidades académicas de historiadores da educação portugueses e espanhóis. O Encontro manteve uma periodicidade regular, com intervalos de 3 anos, tendo passado por Zamora, Braga, Allariz, Castelo Branco e Sevilha, até 2009, ano em que se realizou em Paredes a VII edição.

O contexto financeiro francamente desfavorável dos últimos anos conduziu a uma quebra na sequência, agora retomada com a organização do VIII Encontro a decorrer em Lugo (Espanha) entre 8 e 10 de setembro do presente ano. Também se inovou no formato, que estará próximo do de uma *Summer School*, privilegiando-se as intervenções de “jovens investigadores”. Em todo o caso, estão abertas inscrições para todos os colegas interessados em participar e, assim, aprofundar uma partilha que já leva mais de duas décadas. Podem aceder a mais informações e ao formulário de inscrição seguindo o *link* abaixo indicado: <http://sedhe.es/novedades/encontroLugo2016/>

RECENSÃO

*História da Educação. Fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: : Balanço da investigação portuguesa (2005-2014).*¹

Reclamar o passado, avaliar o presente, preparar o futuro

A obra que aqui se apresenta vem culminar o IV Encontro de História da Educação, subordinado ao tema *Fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: Balanço da investigação portuguesa*, realizado em julho de 2015 no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa com organização da própria Associação de História da Educação de Portugal – HISTEDUP, e ao qual esta *newsletter* deu já relevante notícia.

Trata-se, assim, da disponibilização dos estudos que apoiaram as comunicações desse evento, num livro de manuseio agradável, com informação relevante, atualizada e crítica, e que, segundo as intenções expressas na Introdução assinada pelos organizadores, Luís Alberto Marques Alves e Joaquim Pintassilgo, é mais um passo para a formação consistente da disciplina de História da Educação no espaço científico. Este balanço da produção portuguesa, como nos dão conta, coloca-se assim no esteio de encontros anteriores (1.º, em 1987; 2.º, em 1996; e 3.º em 2005), com uma periodicidade quase decenal, tempo suficiente para garantir um distanciamento e, ao mesmo tempo, dar conta dos deslocamentos disciplinares.

A organização da obra evidencia uma dupla preocupação, de atualização e crítica científica, e de difusão com propósitos didáticos, desiderato nunca enunciado, mas evidente e inteiramente conseguido.

Tanto os oito estudos que compõem o *corpus* deste balanço, como os dois artigos anexos que os complementam, pela clareza dos textos e disponibilização de informação, podem captar a atenção quer de académicos de diversos níveis, quer do leigo que se interessar por conhecer mais sobre a História da Educação. Para tanto contribuiu a definição de uma norma protocolar norteadora para os diversos temas-problemas identificados em cada um dos artigos, matriz organizadora que cada autor/a usou de acordo com o seu senso crítico e estilo individualizado de pesquisa e de escrita. Nesta equipa de historiadores da educação encontram-se desde catedráticos até recém-doutorados, opção que sem dúvida contribuiu para a ideia de fortalecimento e legitimação disciplinar. A



1- Alves, L. A. M & Pintassilgo, J. (2015). *História da Educação. Fundamentos teóricos e metodologias de pesquisa: Balanço da investigação portuguesa (2005-2014)*. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar ‘Cultura, espaço e memória’/ HISTEDUP – Associação de História da Educação de Portugal / Instituto de Educação – Universidade de Lisboa.

cada um deles foi garantida a relativa autonomia no tema-problema que dominam na sua investigação pessoal, num posicionamento que entrelaça renovação e herança.

O corpo principal deste livro teve por base um primeiro acervo de referência das teses compulsadas e analisadas em “Balanço da produção portuguesa recente: o exemplo das teses de doutoramento (2005-2004)”, da autoria de Carlos Beato e Joaquim Pintassilgo, remetido para anexo. Esse balanço, que aparece em último lugar, foi constituído a partir de um arquivo de 86 teses de doutoramento entregues entre 2005 e 2014, sob o critério fundamental de apresentarem objeto e método passível de ser considerado no âmbito da História da Educação – mesmo que a disciplina de inserção fosse outra. As teses de doutoramento foram assim o principal indicador, uma vez que se reconhece a esses documentos “uma certa exemplaridade no que diz respeito ao desenho e ao percurso de investigação”, até porque foram produzidos ao cabo de longos anos de investimento académico, e foram crivados pela avaliação formal (p. 215). Esta postura assumida no eixo central, e eventualmente completada pelos diferentes autores dos outros capítulos, colide com a ideia vigente de que uma tese em História da Educação não teria qualquer relevância; pelo contrário, como aqui se demonstra na prática, o doutorando carrega a responsabilidade de falar desde a disciplina que abraça, dando uma contribuição que sempre será decisiva e que se espera ser positiva. Neste sentido, os autores deste balanço tomaram pulso ao repertório nacional (produzido ou não no território português), cotejando-o com outros balanços disciplinares nacionais e internacionais

e, nomeadamente, realizaram uma comparação direta a partir do anterior balanço da produção científica nacional². Percebe-se assim melhor o desenvolvimento disciplinar da História da Educação, não apenas no mero aumento numérico de teses, mas também num aprofundamento temático, metodológico e de novas perspetivas sobre as fontes.

Podemos assim considerar que os oito grandes temas-problemas da primeira parte do livro (primeiras 200 páginas) se conectam em permanência com este estudo central. Cada um dos autores utilizou-o e completou-o de acordo com os seus desígnios, quer fazendo as suas escolhas estritamente a partir deste acervo, quer acrescentando outros títulos a partir da abertura a novos critérios, a outras bases de dados, ou a documentos de outra natureza (e.g., dicionários, monografias, capítulos de livros, artigos). Deste modo, Justino Magalhães apresenta uma abordagem crítica sobre as organizações escolares (24 estudos), Luís Alberto Marques Alves reflete sobre as potencialidades da História do Tempo Presente (22 teses), Joaquim Pintassilgo e Anabela Teixeira percecionam a biografia (9 teses), Cláudia Pinto Ribeiro ausculta a preocupação com ‘os outros’ (3 teses), Ana Isabel Madeira procura a questão colonial e pós-colonial (22 dissertações e teses), Carlos Manique da Silva observa o tema dos espaços escolares (38 estudos), Maria João Mogarro discute a potencialidade metodológica dos testemunhos orais (31 teses) e Helena Cabeleira reflete sobre o estatuto da imagem como fonte e problema metodológico (19 teses). Cada um destes oito subcorpus realiza um pertinente estado da arte do panorama internacional e/ou fornece indicações práticas, com um sentido altamente pedagógico

2- Jorge Ramos do Ó (2007). Métodos e processos na escrita científica da História da Educação em Portugal: um olhar sobre as 44 teses de doutoramento aparecidas entre 1990-2004. In Pintassilgo, J., Alves, L.A.M., Correia, L.G. & Felgueiras, M.L. (eds), *A História da Educação em Portugal: Balanço e perspetivas* (pp. 35-72). Porto: Edições ASA.

e reflexivo para quem se interessar em se iniciar ou atualizar em cada uma das questões colocadas.

De igual modo, todos estes ensaios, que realizam uma avaliação detalhada de diversos parâmetros devidamente explicitados, e não deixando de se congratular pelo nível científico atingido, pelos autores em particular, e pela comunidade de historiadores da educação em geral, contribuem para lançar pistas para novas investigações, e sublinhar faltas e falhas da produção portuguesa.

Diria o ensaísta Maurice Blanchot que é o erro, no seu descaminho, que permite lançar uma luz nova e garantir o avanço da obra (pp. 117-118)³. Neste caso, a auscultação das grandes tendências e lacunas da produção portuguesa permite iluminar o que se espera que venha a ser colmatado por novos trabalhos, e que, sem este tempo de balanço e reflexão, permaneceria como prática não pensada das pesquisas nesta área.

Uma vez apontados, não se pode mais silenciar os vazios da História da Educação. Magalhães indica, desde logo, a falta de estudos institucionais (ainda!), nomeadamente daqueles que incluam ou pelo menos contribuam para uma perspetiva de síntese e de teorização do problema da educação enquanto instituição (p. 23). Reclamando também um aprofundamento da matriz teórica, Marques Alves introduz a questão da História do Tempo Presente e da função social do historiador. Esta perspetiva historiográfica, no

seu entender, deveria ser explicitada – verificando que muitas teses se relacionam ingenuamente com o presente, mesmo que assumam essa relação, quando existe já um aparato capaz de suportar este pensamento. Verifica-se também que alguns temas que parecem lugares-comuns estão longe de ser esgotados, exemplo flagrante dos espaços escolares. Manique da Silva indica a inexistência ou fragilidade de estudos sobre dimensões tão ricas e diversas quanto a intervenção dos municípios ou a relação entre a arquitetura e os seus utilizadores, entre muitas outras (p. 143).

Também Pintassilgo & Teixeira apontam a necessidade de continuar a aprofundar o género biográfico, sugerindo a forte necessidade de introduzir nas teses a implicação de reforçarem o rigor metodológico e de trazerem um contributo teórico mais pronunciado (p. 74). O panorama sobre ‘os outros’ da educação, isto é, a infância marginal (cegos, surdos, anormais), na visão de Pinto Ribeiro, colide com o confrangedor desinteresse por este tema no seio da historiografia educacional. Esta ausência pode ser explicada por múltiplas razões, mas, aponta sobretudo para o grande problema teórico, metodológico e empírico que aqui se estipendia, e que é transversal a todos os temas-problemas: o silenciamento da criança (p. 95). Madeira chama a atenção para o facto de a dimensão colonial e pós-colonial ser ainda pouco explorada pela historiografia nacional, sobretudo quando comparada com o interesse manifestado extrafronteiras. Metodologicamente, são também poucos os estudos transnacionais, sendo quase sempre usadas as dimensões nacionais, tendência que Beato & Pintassilgo corroboram também, sublinhando a falta de estudos

3- *O livro por vir*. Lisboa: Relógio d'Água.

transversais às fronteiras políticas, nomeadamente que contemplem as problemáticas “da circulação e das histórias conectadas” (pp. 224-225).

Os últimos dois artigos da primeira parte mostram ainda uma preocupação com o estatuto teórico e metodológico de fontes que, pela sua natureza, tiveram grande dificuldade em se fazer enunciar como prova científica. Neste sentido, Mogarro reflete sobre a inegável dimensão que os testemunhos orais ganharam nas metodologias usadas em História da Educação, tanto para reconstituir o passado recente, como para problematizar a herança educativa, sugerindo a necessidade de assumir esta fonte, sobre a qual se deve continuar a dinamizar a reflexão. Cabeleira, por sua vez, coloca a interrogação sobre as imagens como fonte, mostrando como estamos ainda na infância da sua utilização, geralmente ingénua e sem aparato crítico, cegos que estamos para o facto de a imagem ser parte inerente e inalienável da educação moderna, tal como ela se foi construindo desde o século XV.

Esta panóplia de faltas, assinaladas de modo discreto mas contundente nos textos em apreço, acompanha-se pelo fôlego de as suprir trazido quer pelo aprofundamento e indicação dos autores de cada um dos estudos, quer ainda pelo texto didático e inspirador de António Nóvoa, “Cartas a um jovem historiador da educação” (reproduzido por cortesia da revista *Historia y Memoria de la Educación*), publicado em anexo. São oferecidos nove conselhos a quem os quiser ouvir, sendo de reproduzir aqui o parágrafo derradeiro do oitavo, que incita ao “Conhece com responsabilidade”:

“A universidade está repleta de trabalhos

‘relevantes’ que não tiveram nenhuma utilidade, e de muitos outros, ‘irrelevantes’, que abriram novas maneiras de educar. A história não serve para nada, a não ser para pensar. E isto é tudo” (p. 212).

Ana Luísa Paz

RECENSÃO

Crianças “sem” a sua Infância. História Social da Infância: Acolher/Assistir e Reprimir/Reeducar¹



A obra de Ernesto Candeias Martins inscreve-se nas novas temáticas que a Escola dos Annales pretendeu trazer para o campo da epistemologia da História – ver por exemplo, entre outras, a obra de André Burguière, *L'École des Annales. Une Histoire Intellectuelle*, a publicação coletiva *Comment se fait l'Histoire. Pratiques et enjeux* ou ainda a inscrição das emoções nas temáticas a trabalhar com *L'Empire des Émotions. Les historiens dans la mêlée* de Christophe Prochasson – um tema (a Criança) que hoje necessita de algumas sistematizações, tanto úteis como provocantes e instigantes.

Provocantes na medida em que nos inquieta e incomoda por não termos ainda conseguido chegar a áreas que hoje já revelam um manancial de informação, de perspetivas e de desafios que importava agora transformar em projetos coletivos e multidisciplinares que garantissem a consolidação de uma área científica. O seu texto remete-nos para a necessidade de colaboração entre a História Social, a História da Educação, a História do Direito, a

Pedagogia, a Psicologia, as Relações e as Convenções Internacionais... mas também a História da Pintura, a História da Arte em geral, a História da Fotografia e, porque não, a História da Música – quem não se lembra dos “Meninos do Bairro Negro” do José Afonso – ou a História do Cinema e do Documentário – o mais recente e polémico “Bebés” do documentarista francês Thomas Balmès é um bom exemplo – entre muitas outras entradas possíveis.

Instigantes porque, através da sua leitura, apetece-nos desde logo iniciar um novo caminho, mobilizando vontades e recursos para corporizarem as múltiplas pistas que ele nos deixa nos diferentes capítulos que vão desde

“O descobrimento, génese e construção social” da criança e da infância (capítulo 1), até à “Transformação e Construção Social da Infância na Contemporaneidade” (capítulo 2), as “Políticas Sociais e Assistenciais: acolhimento, assistência e proteção à outra criança” (capítulo 3) ou o “Encerramento Institucional: Acolher, Proteger e (Re)Educar” que nos aparece tratado no capítulo 4.

1 – Martins, E. (2016). *Crianças “sem” a sua Infância. História Social da Infância: Acolher/Assistir e Reprimir/Reeducar*. Lisboa: Editorial Cáritas.

Todos sabemos que os estudos sobre a condição dos menores em risco moral ou delinquentes passam a ter a partir do último quartel do século XIX um espaço nobre tanto em múltiplos congressos e ensaios nacionais como internacionais. Maria José Moutinho Santos, no âmbito do seu projeto “Os menores desvalidos em risco moral ou delinquentes em Portugal (séculos XIX e XX)” tem-nos apresentado com vários textos que nos elucidam sobre esse interesse científico nacional e internacional. Também Cláudia Sofia Pinto Ribeiro, em particular na sua obra “Os Outros... A Casa Pia de Lisboa como espaço de inclusão da diferença” retirou do anonimato uma iniciativa que visava claramente institucionalizar “anormais” (no caso a Colónia Agrícola de S. Bernardino). Projetos ou produtos parcelares vão-nos dando conta do caminho percorrido mas também da estrada científica que se abre ainda à nossa frente.

Para esse caminho, a obra agora editada de Ernesto Candeias Martins fornece-nos “sinais orientadores” e “bifurcações” possíveis que importa agora cartografar e colocar no nosso GPS investigativo.

Destacaria logo na Introdução, bem complementada pelo capítulo I, a capacidade de nos introduzir num quadro concetual que nos permite circunscrever significados e clarificar conteúdos para termos e espaços como Criança, Infância, História Social da Infância, Heurística associada às fontes documentais e arquivísticas que nos permitem entrar de forma competente na temática, a História do interesse científico pela criança, as Imagens e Representações.

Num segundo capítulo, dedicado à contemporaneidade (associada ao período posterior ao século XVII), relevo desde logo a clarificação dos diferentes estatutos – social, biopsicológico, científico, antropológico e jurídico-tutelar – o papel das correntes psicopedagógicas associadas às correntes científicas do século XIX e depois um destaque muito importante e com uma sistematização muito clara sobre a inscrição dos “Direitos Fundamentais da Criança” no quadro das convenções internacionais, particularizando alguns momentos escolhidos como emblemáticos: o papel de Englatina Jebb (1876-1928) como pioneira dessa luta; as iniciativas comunistas do início do século XX; a Declaração dos Direitos da Criança (Genève, 1924); a Proclamação dos Princípios Fundamentais sobre os Direitos da Criança pelas Nações Unidas em 1939; a Declaração Universal dos Direitos da Criança – Carta das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1959) que vai dar espaço e abrir a uma multiplicidade de outras Declarações Internacionais nas décadas seguintes.

O capítulo terceiro dedica-o às “Políticas Sociais e Assistenciais: Acolhimento, Assistência e Proteção à outra criança” num quadro histórico que nos traz de finais do século XVII aos nossos dias, refletindo sobre as influências dos regimes políticos, dos sistemas económicos, dos movimentos sociais (seja os mais burgueses ou os mais operários), dos desenvolvimentos científicos (psicologia, psicanálise, direito, medicina,...) na valorização da criança e das propostas de reformas ou respostas sociais ao “abandono”, à “vagabundagem”, ao “delito”, à “alteração da ordem”... com as medidas de “repressão” ou de “proteção” que vão sendo criadas.

Também aqui um destaque para a capacidade de mo-

bilização de vontades que de forma mais caritativa, assistencial ou sistemática (através de um sistema benéfico-assistencial e social) vão procurando responder aos vários problemas com que se depara a criança. Alguns exemplos e sobretudo uma seleção criteriosa do quadro legal, em particular em Portugal, ajuda-nos a perceber o contexto de algumas iniciativas, sobretudo durante o Estado Novo. Também aqui, a multiplicidade de autores referidos ligados ao higienismo, à puericultura, à psicopedagogia, à profilaxia social, à educação física, ... permitem-nos perceber a filosofia subjacente a algumas das iniciativas, mas também despertam-nos para a necessidade de um melhor aproveitamento das “estórias de vida” de alguns deles para enriquecermos o nosso quadro investigativo.

O capítulo quatro aparece-nos dedicado à “institucionalização”. É porventura uma das áreas onde algumas monografias têm procurado trazer contributos muito significativos, bastante ligadas a autores de referência como são Foucault e Goffman, mas também Paulo Freire ou o Padre António d’Oliveira. Desde as tradicionais “Casas de Asilo” seja da “Infância Desvalida” seja especificamente intituladas “da Mendicidade” às iniciativas de Ordens, Confrarias, Igreja, Associações operárias, Maçonaria ou simples filantropos de forma mais individualizada, procura-se aqui fazer um mapeamento que é motivador para novos caminhos de investigação mas também nos propõe uma referência, em termos de “estrutura organizacional e educativa”, para algumas “problemáticas na estrutura das instituições benéfico-assistenciais” que nos podem servir de referência nesses estudos.

O Epílogo desafia-nos quando, para além dos contributos e caminhos aí identificados, nos esclarece que :

“O dito popular de que as crianças do presente são os adultos do amanhã, leva-nos a compreender que a infância foi uma categoria por descobrir, no início do século XX, e só nos finais dessa centúria passaram a ‘ter vez’ e ‘voz’, ao serem sujeitos com direitos – reconhecimento de proteção e apoio em nome do interesse superior da criança (Assembleia Geral das Nações Unidas ao votar, em 1989, a Convenção dos Direitos da Criança). No final destes dois séculos de abordagem, a criança é um ator social e sujeito de pleno direito”.

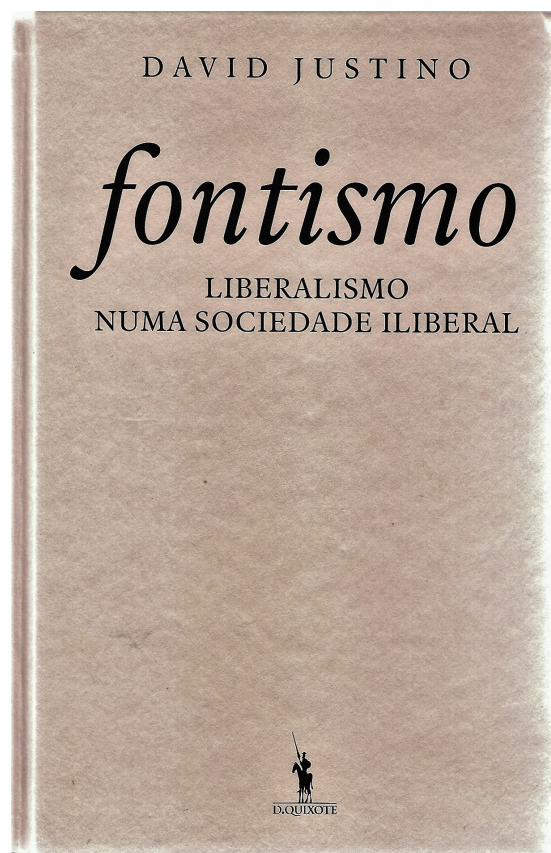
Mas este espaço conquistado só pode servir para agora recomeçarmos com outro quadro histórico concetual, com outra perspetiva multidisciplinar, com uma visão científica mais coletiva e menos individualizada, aproveitando o caminho desbravado e dando consistência ao espaço epistemológico.

É claramente este o desafio que esta obra nos lança numa altura em que, tal como afirmávamos no início deste texto, a criança nos é imposta pelos *media* ou por medidas populacionistas que, tendo um carácter impressionista ou oportunista, esquecem que há ainda hoje muitas Crianças sem Infância à procura de um espaço que tendo historicamente sido conquistado, temos dificuldade em o reconhecer e permitir. Também aqui, o trabalho aqui apresentado é um bom Manifesto para a sua inscrição no tempo presente, a partir da espessura que o passado nos ajuda a justificar.

Luís Alberto Marques Alves

RECENSÃO

*Fontismo: liberalismo numa sociedade iliberal*¹



O autor refere na “introdução” do livro que o que lhe interessa “compreender e explicar é o contexto da ação e das estratégias políticas, não as suas consequências.” Esclarece, logo de seguida, indo um pouco mais além, que o seu interesse passa pela tentativa de entendimento e elucidação das razões que conduziram a que tivessem sido “adotadas determinadas políticas e não outras, porque se deu prioridade a determinado tipo de investimentos e não outros, em que bases assentou a continuidade, pelo menos durante cerca de quatro décadas, de um projeto de mudança económica e social que melhor ou pior se identifica com esse termo peculiar fontismo (p. 15).

Logo aqui se percebe que a ideia do autor sobre o que é o fontismo difere um pouco do que é habitual, pelo menos na cronologia, já que não usa essa designação para o período que vai desde o primeiro governo de Fontes Pereira de Melo (1871) ou, quando muito, desde a chamada *Janeirinha* (1868) até finais da década de 1880 (Ultimato, bancarrota...), o que corresponde a cerca de duas décadas que contrastam com as quatro avançadas neste texto. Para cimentar o seu raciocínio, o autor afirma que a principal hipótese de trabalho que adotou “assenta no papel decisivo da ideologia e das estratégias de ação política que configuram o conceito de projeto, enquanto conjunto coerente e sistematizado de opções orientadas para um propósito coletivo” (p. 16), e, com essa disposição, o fontismo acaba por lhe aparecer *avant la lettre*.

Na “introdução” o autor desenvolve as suas principais hipóteses e apresenta as partes de que o livro se compõe. O primeiro capítulo, designado “Progresso, ideologia e projeto”, desenvolve uma discussão em torno dos diversos entendimentos do conceito de ideologia e de como a ideia de progresso contribuiu para a reconfiguração da ideologia liberal em Portugal. Já o segundo capítulo é dedicado a questões do foro económico partindo da “contestação à tese da ideologia liberal de inspiração inglesa” assente “na não adoção das teses do comércio livre, associadas à «escola de Manchester», entre a elite portuguesa da Regeneração” e concluindo com a questão de saber se se terá vivido em Portugal um “nacionalismo económico” precoce ou, simplesmente, uma aplicação serôdia do

1- Justino, D. (2016). *Fontismo: liberalismo numa sociedade iliberal*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.

“proteccionismo mercantil” (pp. 20-21). Ao chegar ao terceiro capítulo, que se intitula “A crítica romântica” do liberalismo, encontramos uma análise dos escritos e das ideologias de escritores como Garrett, Herculano, Camilo ou Júlio Dinis, onde o autor vai “encontrar as primeiras formulações do decadentismo da segunda metade do século XIX” e, ao considerar uma por si designada “nacionalização da narrativa romântica,” encontra “o cadinho de princípios que moldarão as primeiras manifestações do nacionalismo que se afirma na década de 80” (p. 22). Passando ao quarto capítulo, encontra-se a questão de saber por que esteve o “nacionalismo” ausente no “fontismo” quando “por toda a Europa, os nacionalismos se afirmavam na era das ideologias. A hipótese colocada para explicar a existência de “uma nação sem nacionalismo e de duvidosa consciência nacional” tem a ver com a longa existência do país como território independente, constituindo os Portugueses “uma das nações mais antigas da Europa cuja identidade e integridade nunca foram postas em causa” (pp. 22-24).

O quinto capítulo, dedicado às questões da Instrução pública e da educação, é, de todos os que constituem esta obra, o mais extenso, duplicando em páginas os maiores dos restantes, entre os quais o que se lhe segue que trata da “reação popular” ao poder liberal, “com particular atenção aos fenómenos de contestação do projeto fontista.” É nesta parte que o autor contesta dois tópicos que considera serem “dois adquiridos da historiografia portuguesa.” Por um lado, o do “indiferentismo popular” que considera não se ajustar à “multiplicidade de movimentos populares,” nomeadamente, “nas duas décadas que se sucederam à vitória liberal sobre as forças miguelistas,” e, por outro, a “tradicional associação da contestação popular a contextos materiais de crises de subsistência ou de reação antifiscal”, que também não concordaria

com os aspetos políticos dessas movimentações, já que “o lento e atribulado processo de reconstrução liberal do estado à escala nacional” terá sofrido com o impacto da “resistência das populações, com os interesses e os pequenos poderes das elites locais, com as dinâmicas locais de expressão paroquial e a aversão aos novos valores sociais que o fontismo representava” (pp. 25-27). Finalmente, no sétimo e último capítulo, o autor dá conteúdo ao seu conceito de “sociedade iliberal” que definiria a sociedade portuguesa de novecentos.

Entrando no capítulo que nos conduziu a alinhar estes apontamentos, o número 5, “Progresso moral e instrução pública” (115 páginas), o que se nos depara? Em primeiro lugar, ocupando mais de um quarto do texto, uma digressão pela relação entre ideologia e instrução pública que também passa por alguns dos percursos desta, nomeadamente Condorcet em França, Fichte na Prússia e Stuart Mill em Inglaterra.

Quando passa ao cerne da questão, a instrução pública em Portugal no século XIX, o autor começa pelos primeiros compromissos do liberalismo plasmados na Constituição de 1822 e na Carta Constitucional de 1826 para referir como esses primeiros nós foram inconsequentes passando em seguida a uma breve análise da nado-morta legislação promulgada em 1835, com Rodrigo da Fonseca Magalhães no Ministério dos negócios do reino.

Continua, no mesmo estilo, a recensão das reformas seguintes, a de Passos Manuel em 1836 e a de Costa Cabral em 1844, sendo que esta “se transformaria no

quadro de regulação mais estável do século XX” e no qual a “escolaridade obrigatória” era introduzida (p. 310).

Como a lei assinalava, haveria um determinado conjunto de exceções, mas aos incumpridores seriam aplicadas sanções desde políticas a económicas, sendo de realçar a possibilidade de lhes serem aplicadas multas depois de terem sido avisados, intimados e, até, repreendidos pelos administradores concelhios, o que chegou a acontecer nos anos subsequentes à promulgação da lei. Para completar o esboço do enquadramento legal surgem ainda, na continuidade do texto, referências à legislação promulgada na transição entre as décadas de 1850 e 60 e à sucessão de reformas dos finais desta última até ao final do século, que “mais que revelar a instabilidade política no setor ou profundas divergências ideológicas” (p. 312), punha a descoberto a incapacidade do Estado liberal em materializar o discurso da sua elite política. Nessa situação “fazia-se o mais fácil... legislava-se” (p. 313).

Usando como mote as conhecidas declarações de Garrett que imputa às Cortes Constituintes de 1822 a grave responsabilidade de “não darem uma só hora das suas tarefas à instrução pública” manchando assim a imagem que delas ficaria para a posteridade, o autor disserta sobre as propostas e discussões em torno da obrigação, assumida pela generalidade dos liberais de então, de a sociedade providenciar o direito universal à instrução quer diretamente pelo Estado quer complementarmente pelos particulares, indivíduos ou sociedades, sendo de considerar alguns desenvolvimentos interessantes na oposição latente entre radicais *laissez faire* e outros mais tolerantes e reconhecedores da necessidade da intervenção estatal embora tendo sempre presente, a longo prazo, o objetivo de a dispensar. No período setembrista,

com a definitiva derrota dos absolutistas, o debate descentrou-se dessas questões e prosseguiu, agora já com consequências legislativas, embora sem grandes resultados práticos no imediato.

Entre a reforma de Passos Manuel (1836) e a de Costa Cabral (1844) o debate prosseguiu, na base da discussão das liberdades individuais e da necessária sustentação do regime, algo já presente anteriormente, mas com novas formas e outros atores. Aquando da aprovação parlamentar da proposta saída do governo cabralista, o debate foi intenso fora e dentro da Câmara dos Deputados e disso faz eco parte deste capítulo com uma análise sucinta ao texto preambular e às intervenções mais significativas do debate, nomeadamente as de José Maria Grande, um dos redatores da proposta.

A preocupação dominante neste ponto parece ser, precisamente, a descrição dos vários debates que ocorreram na sociedade ao longo do período estudado. É assim que, depois da reforma de 1844, o autor passa a apreciar a relação da Regeneração com a instrução profissional e técnica, tendo como ponto de referência a criação de escolas industriais e agrícolas no início da década de 1850 e a candente questão que se colocava na instrução primária em face das dificuldades do regime para financiar adequadamente o ensino público: deveria esse nível básico da instrução ser entregue aos párocos, sujeitos a alguma forma de controlo das instituições estatais, ou não e, aproveitando a circunstância, dividir com as autarquias e outras entidades locais o encargo com a manutenção das aulas. São analisadas as propostas originais de 1851 de Jerónimo José de Melo na Câmara, que aproveitavam o trabalho do Conselho Superior de Instrução Pública sobre a matéria, do qual o deputado proponente era membro empenhado e, três anos

depois, quando a proposta voltou a ser discutida, as posições contestatórias de António Lopes de Mendonça sobre a inevitabilidade da manutenção do sistema tradicional de valores a que a entrega do ensino básico aos párocos conduziria. Um dos outros intervenientes no debate, José Silvestre Ribeiro, defensor de um ensino público dirigido e financiado pelo Estado, faz a ponte para a questão das escolas femininas que se tornava conveniente disseminar dando cumprimento à lei de 1844. Vários outros deputados participaram na discussão dando o autor relevo às posições do bispo de Viseu, D. António Alves Martins, que procurava uma situação de equilíbrio que permitisse instruir o povo numa perspetiva cristã e, também, dada a reconhecida ignorância popular, dar-lhe “o alimento da ciência” (p. 365).

Sobre o ensino feminino e as escolas de meninas a proposta que esteve na origem da lei de 1844 apontava para uma saída airosa das dificuldades de financiamento público, por cada mulher que convenientemente se instruisse e moralizasse ter-se-ia “uma escola de Instrução e moralidade” em cada família. Essa argumentação continuou a ser utilizada quando o debate sobre a instrução feminina voltou a estar na ordem do dia uma década depois, não deixando, contudo, de surgirem novas visões do problema como a do Bispo de Viseu que realça a necessidade de superar a miserável condição da mulher, em especial a do campo que estava sujeita a uma situação de total “dependência, miséria e degradação moral.” Estas posições são analisadas pelo autor que passa depois a referenciar a postura romântica face ao compromisso entre vida familiar e instrução popular, nomeadamente com a chamada escola maternal, e para isso apre-

senta as posições de autores como António Feliciano Castilho e Júlio Dinis.

A concluir o capítulo o autor apresenta o que designa como “os traços fundamentais da política educativa do fontismo” onde refere que “o problema central na construção do sistema de instrução pública não residia nas opções ideológicas das diferentes fações do liberalismo português” mas antes na incapacidade do Estado de concretizar as conceções e os objetivos da sua voluntariosa legislação em função dos meios disponíveis e das prioridades da respetiva distribuição (p. 377).

São ainda afloradas, nesta fase final do capítulo, a questão da complementaridade, ou não, entre o pároco e o mestre-escola e outras como a da escolaridade obrigatória, da centralização da instrução, da inspeção do ensino, da adoção de manuais escolares, do ensino particular, que parecem ter, como pano de fundo da sua resolução, as contradições do liberalismo.

O livro Fontismo da autoria de David Justino inclui um capítulo sobre a história da educação cuja dimensão revela a importância que nesta obra se dá a esta questão o que nem sempre ocorre em trabalhos similares. A análise produzida releva o interesse desta obra, sobretudo pela síntese do pensamento educacional, e não só, de alguns dos intelectuais portugueses do século XIX.

Como conclusão principal o autor destaca a contradição entre o discurso e a prática liberal: “O problema não estaria necessariamente na falta de recursos financeiros, mas antes na limitada vontade política para os mobilizar,” pelo que o “desenvolvimento do sistema de ensino em Portugal” terá sido mais “um exemplo da construção retórica da escolaridade” (p. 458).

Carlos Alberto Beato

RECENSÃO

Mors certa, hora incerta. Tradiciones, representaciones y educación ante la muerte¹



“Os editores desta obra desafiaram os autores a refletirem sobre: a forma de desconstruir o tabu da morte; de que modo tem sido e é realizada uma educação permanente do ser humano para enfrentar a morte e o luto; o papel das tradições e dos ritos mortuários na aceitação da finitude do homem; as representações da morte na Literatura, muito particularmente a infantojuvenil, e nos manuais escolares e a forma como estas têm influído naquelas.”

Esta obra é composta por um conjunto de onze capítulos, em torno da triangulação entre a morte, a História e a Educação. Surgem como autores investigadores espanhóis, portugueses, brasileiros e italianos. A problemática em causa revela-se profundamente instigante e de vastas cambiantes, surgindo tratada através de diversas perspetivas, tanto no campo histórico, quanto no filosófico e, mesmo, no antropológico.

1- González Gómez, S., Pérez Miranda, I. & e Gómez Sánchez, A. (ed.) (2016). *Mors certa, hora incerta. Tradiciones, representaciones y educación ante la muerte*. Salamanca: Fahren House. [ebook disponível em <http://www.fahrenhouse.com/omp/index.php/fh/catalog/book/20>]

A História da Morte tem já uma longa e forte tradição no campo da História desde as obras pioneiras de Ariès, Vovelle e Delumeau. Partindo desta linha de investigação, que juntou a História das Populações, a História das Mentalidades, a História Cultural e, em certos aspetos, a História da Educação, os editores desta obra desafiaram os autores a refletirem sobre: a forma de desconstruir o tabu da morte; de que modo tem sido e é realizada uma educação permanente do ser humano para enfrentar a morte e o luto; o papel das tradições e dos ritos mortuários na aceitação da finitude do homem; as representações da morte na Literatura, muito particularmente a infanto-juvenil, e nos manuais escolares e a forma como estas têm influído naquelas.

Vários autores responderam diretamente a uma ou mais destas questões, enquanto outros propuseram outras visões relevantes, que se inserem no verdadeiro caleidoscópio que constitui esta temática. Foi este último o caso de Joaquim Pintasilgo e Rui Afonso da Costa que apresentam o capítulo intitulado *Morte e pedagogia cívica em contexto republicano: os funerais de «mortos ilustres» nos anos 10 e 20 do século XX*. Nele os autores, partindo da análise dos funerais de França Borges, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga e Magalhães Lima, propõem a leitura da substituição da liturgia católica, no contexto da laicização implantada pela República, por uma liturgia cívica atinente à formação de cidadãos eivados de republicanismo. Deste modo, buscou-se a glorificação dos “homens exemplares” e dos heróis, usando-se a Pátria, a sua história e os seus símbolos para serem, através de uma coreografia cuidada, louvados e apresentados como “os grandes mortos”. Esta coreografia, a que se associavam os artigos da Imprensa republicana, as cerimónias no Parlamento, por vezes com a presença do corpo do

defunto, os discursos junto à sepultura, o cortejo simultaneamente fúnebre e cívico, desfilando entre alas de povo, e com a presença das mais diversas instituições e associações e a tumulação de alguns deles no então Panteão Nacional dos Jerónimos, constituía, como bem sublinham os autores, uma autêntica demonstração de cariz pedagógico. Nela, os republicanos, laicos embora, não se conseguiram afastar completamente do cerimonial de raiz religiosa.

Em suma, foi construído um panteão republicano que lembrava a todos os cidadãos que a imortalidade é possível desde que aos olhos da República o mereçam pela sua vida e/ou pela sua morte.

Em *La fotografía postmortem infantil y su papel en la evocación del recuerdo y la memoria* Sara González Gómez y Xavier Motilla Salas assinalam como o costume de fotografar o morto, neste caso a criança falecida, representou na Espanha e na América Latina um movimento alargado a todos os grupos sociais, embora, como mostra, por exemplo, o vasto espólio da Foto Aliança, depositado no Museu da Imagem de Braga, tivesse tido, na transição entre Oitocentos e Novecentos, uma expressão muito mais vasta entre os camponeses e os operários. Surgido em Inglaterra, entre as elites sociais da era vitoriana, este costume, devido ao embaratecimento da fotografia, expandiu-se rapidamente para fora do mundo anglo-saxónico. Com ele afirmaram-se novas práticas culturais ligadas ao luto, à memória familiar dos mortos e ao seu culto específico. Para além disso, o tempo como que passou a ser parado num retrato. O que hoje seria certamente encarado como mórbido, com a construção de álbuns com as fotos *post-mortem* dos familiares, era então, como bem referem os autores, um elemento essencial de um processo de consolo

das famílias enlutadas e uma espécie da busca da eternidade paralisada num momento específico.

Milagro Martín Clavijo apresenta uma temática profundamente original, traçada entre a Literatura, já que o romance de Michela Murgia *L'accabadora* lhe serve de ponto de partida, a História e a Antropologia em *La educación a la muerte en Cerdeña. La figura de la «acabadora»: de la antropología a la literatura*. Trabalhando com uma das sociedades europeias em que as tradições mult centenárias mais sobreviveram, a da Sardenha, a autora procurou definir o papel das mulheres que, tradicionalmente, a pedido dos doentes terminais e/ou das suas famílias, os ajudavam a ter uma morte digna, praticando a eutanásia, num contexto de preparação para aquela, em diálogo com o moribundo e o seu grupo familiar.

Dentro de dois contextos que se intersectam situam-se os capítulos *Narrare la morte: l'elaborazione del lutto attraverso la letteratura per l'infanzia* de Angela Articoni e *La trasfigurazione della morte nella retorica del milite eroe: educazione, immaginario giovanile e libri per l'infanzia in Italia negli anni della Grande Guerra* de Letterio Todaro. Como se sabe a criança europeia participou, ao longo de muitos séculos de uma forma natural nos processos cerimoniais de preparação para a morte, falecimento e funeral. No entanto, no dealbar do século XX começou a assistir-se ao seu afastamento, primeiro entre a burguesia e depois de forma mais alargada, num processo que, no meu entender, e ao contrário do que seguidores acríticos de Ariès têm por hábito referir, se estendeu lentamente do Centro Europeu, marcado pelo desenvolvimento capitalista e pelo Protestantismo, para a periferia de relações de produção mais arcaicas e dependentes e de dominância Católica ou Ortodoxa. Não nos esqueçamos que, até aos anos 70 em Portugal, o corte-

jo dos meninos dos Asilos eram vulgares nos funerais dos chamados benfeitores, constituindo um dos principais elementos cénicos cerimoniais e que nas zonas rurais os ataúdes dos “anjinhos” eram transportados por crianças. Claro que hoje, na Sociedade Ocidental, a morte substituiu o sexo como o grande tabu e as crianças foram pudicamente arredadas da sua presença. Esta reflexão procura interagir com as que foram feitas pelos autores atrás referidos. Angela Articoni labora sobre a presença quase obsidiante da “negra senhora” em muitos dos contos escritos ou transformados a partir de uma tradição oral pré-existente nos primórdios da Literatura infantil. Já Letterio Todaro reflete sobre o papel que a literatura infantojuvenil desempenhou na Itália da Primeira Guerra Mundial, na construção do mito do herói, ou seja, daquele, que lutando pela Pátria teve uma “bela morte”.

Las dificultades de enseñar el pasado en las aulas: La representación del Holocausto en los libros de texto de Historia en España de Mariano González Delgado trata da forma como três manuais de História do Ensino Secundário espanhol apresentam aos alunos a questão do Holocausto, concluindo pela existência de várias fragilidades e insuficiências de tratamento de temáticas, quando não da existência de evidentes erros de ordem científica.

Kênia Hilda Moreira e Elizabeth Figueiredo de Sá apresentam «Morte» em um periódico educativo em Mato Grosso-Brasil, na era Vargas: uma análise em perspectiva histórica. As autoras partiram da análise de conteúdo do jornal *Vida Escolar*, escrito por jovens de várias escolas de Campo Grande no interior do então Estado do Mato Grosso. Baseando-se nessa análise, concluíram que a morte era algo bem presente no quotidiano dos jovens numa zona do interior brasileiro, durante o governo Vargas.

Os livros ditos de Artes moriendi começaram a ser publicados na França e Alemanha no fim do século XV. Elisabetta Patrizi, estudou os que viram a luz do dia na Itália dos séculos XVI a XVIII em *The Artes moriendi as Source for the History of Education in Modern History. First Research Notes*. Eles propunham um caminho ritmado de preparação para a morte – a boa morte- que cobria todo o espaço da vida humana.

Através do estudo de mais de duas centenas de obras, Patrizi mostra como estes manuais apresentavam regras de genuína pedagogia relativas às práticas mais relevantes da vida quotidiana, constituindo fontes relevantes para a História da Educação no período em causa.

Estabelecendo, até certo ponto, um diálogo, porque se trata de uma temática quase similar, Silvia Guetta escreveu *Esperienze culturali a confronto: alcuni aspetti della tradizione ebraica. Educare alla morte come esperienza di vita*, onde salienta que para os hebreus, e numa perspetiva educativa, o período de luto devia representar um tempo de reflexão rico de aprendizagens, e de confronto com o significado profundo da vida e da forma de ser humano, tanto individualmente, quanto em grupo.

Finalmente, os capítulos assinados por Silvano Calvetto, *Potere della morte e morte del potere. Educazione e sopravvivenza nella società di massa* e Nicolò Valenzano, Nicolò Valenzano, *L'educazione alla morte tra rimozione, limite e responsabilità*. O primeiro reflete muito particularmente sobre o complexo de culpa que afetou para sempre os sobreviventes dos campos de concentração nazi, após os meses ou

anos, de profundo sofrimento de que aí foram alvo. Como lembrou Bruno Bettelheim, esse sentimento de culpa inscreveu-se-lhes, até ao âmago, no espírito como marca indelével da sua condição. O segundo, faz-nos regressar, de uma forma radical, à educação hoje dada, ou recusada em nome de não causar dor, à criança no respeitante à morte. Lembra que na Escola essa educação constitui uma zona cinzenta, um território de ninguém e propõe que a temática seja tratada de forma tão natural como qualquer outra, num contexto de educação das crianças e dos jovens para a responsabilidade.

Este livro constitui, em suma, o horizonte aberto a vastos territórios históricos, uns mais desconhecidos ou pensados do que outros, desafiando a novas pesquisas e reflexões por parte da comunidade de História da Educação.

Rodrigo Azevedo

RECENSÃO

*Monumenta Historica. O Ensino e a Companhia de Jesus (séculos XVI a XVIII)*¹

Ultrapasados diversos problemas, entre os quais o voto de particular obediência ao Papa, a Companhia de Jesus iria ser formalmente fundada a 27 de Setembro de 1540, através da bula Regimini militantis Ecclesiae. Apesar da sua humilde recusa inicial, Inácio de Loyola foi eleito por unanimidade o primeiro Superior Geral da nova congregação.

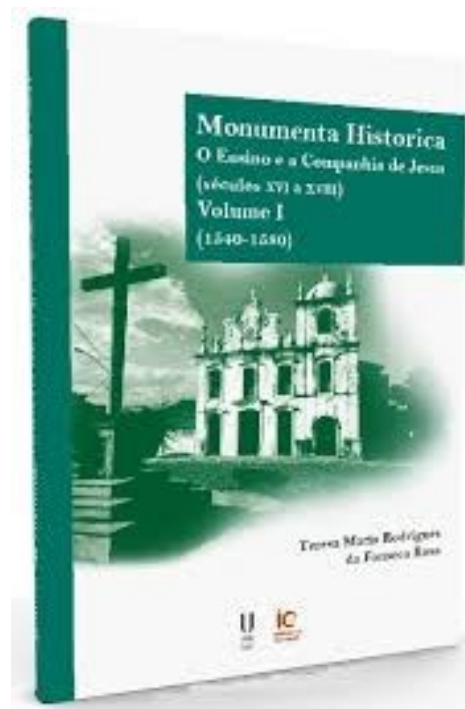
A aprovação da Companhia de Jesus atribuía-lhe a responsabilidade da propagação da fé através da palavra e do exemplo, com autorização para a realização de Exercícios Espirituais e para a prática da Confissão. A Educação, em termos de ensino, não aparece inicialmente como uma finalidade da Companhia.

O aspeto da gratuidade da educação jesuítica está de acordo com o pensamento do fundador e da sua noção de serviço, sobretudo em

relação aos pobres que não podiam pagar a instrução. Mas não é só: Inácio recomendava, na abertura de novos colégios, que a educação inaciana devia superar o nível médio da que era oferecida na época, apostando numa autêntica formação integral dos alunos, que os distinguisse posteriormente na vida ativa como cidadãos íntegros.

A Parte IV das Constituições não se assume como algo definitivo. De facto, a intenção de Loyola foi promover a redação de documentos pedagógicos mais alargados, o que, no fundo, reflete a necessidade de unificar os princípios comuns utilizados nos colégios da Companhia de Jesus num regulamento de estudos. Da sua leitura transparece o objetivo educativo de conciliação da virtude com as letras, ou seja, a aprendizagem das letras humanas, mas em que se procura manter os bons hábitos cristãos.

Esta ação, que passou pela importância fundamental dada ao objetivo espiritual-religioso que caracterizou a pedagogia dos Jesuítas, traduziu a própria maneira de pensar do Fundador. Falamos de um objetivo espiritual centrado na figura de Jesus Cristo, exemplo de mestre que Loyola deseja copiar na relação futura dos professores com os seus discípulos, em espírito de serviço a que dedicam a sua vida. Essa capacidade e correção de serviço foi muito bem resumida por Miguel Bertrán-Quera: «Inácio de Loiola pretendia a fusão de um ideal de formação – fim educativo – centrado na invariabilidade, perfectibilidade e liberdade do elemento humano objecto de edu-



1 – Rosa T. (2016). *Monumenta Historica. O Ensino e a Companhia de Jesus (séculos XVI a XVIII)*. Vol. I (1540-1580), 1.ª edição. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. [e-book disponível em www.ie.ulisboa.pt]

cação. Daí que a sua pedagogia apareça por um lado – o da finalidade teística – inflexível e radical, enquanto por outro lado – o dos instrumentos humanos – seja adaptável e dinâmica, segundo as diversas circunstâncias de pessoas, lugares e tempos»².

A pedagogia jesuítica nasceu numa época marcada por acontecimentos profundamente marcantes que a influenciaram. Contudo, na base de todos os princípios inspiradores dessa pedagogia, esteve a fé cristã e a sua visão do mundo e da vida, portadora de valores transcendentais que iriam impregnar toda a formação da Societas Jesu. Por conseguinte, o estudo da pedagogia inaciana deve ser enquadrado nos seus limites históricos e entrar pelos domínios das ideias pedagógicas e pela compreensão do modo como a própria espiritualidade inaciana a caracterizou.

Essa pedagogia não nasceria de um dia para o outro. Foi mérito dos primeiros padres jesuítas dos séculos XVI ao XVIII o aproveitamento de toda a riqueza cultural do humanismo e da adaptação do conjunto de técnicas pedagógicas que no tempo do Fundador eram, sem dúvida, as mais avançadas e que se encontravam representadas pelo modus parisiensis, isto é, a metodologia educativa utilizada na Universidade de Paris.

Foi este o ponto de partida. Todo o desenvolvimento posterior seria construído com base em experiências pedagógicas diversas que iriam ser codificadas na Ratio Studiorum de 1599, em si mesma algo extremamente inovador, pois serviria de tronco educativo a

todos os colégios inacianos, pois continha toda uma série de “regras”, autênticas diretrizes de carácter prático que se referem a muitas questões diferentes como o governo do colégio, aos aspetos da formação e distribuição de professores, aos programas e aos métodos de ensino.

Os jesuítas, na linha do pensamento do seu Fundador, que esteve sempre aberto a ideias diferentes das suas, adaptaram os elementos pedagógicos e mesmo espirituais da sua época, marcando todos eles com o seu cunho pessoal, criando assim, uma síntese mais rica, para a qual foi determinante a longa experiência acumulada. Os jesuítas foram fiéis ao ideal do padre fundador, «o maior serviço de Deus e bem das almas» compreendendo, com ele, e depois dele, que a Congregação podia prestar um serviço relevante à Igreja e aos povos, através do apostolado educacional. Esta ideia foi fundamental, pois levada à prática teve um enorme sucesso e, no espaço de apenas um século, os jesuítas eram justamente chamados “Mestres da Europa”.

Inácio de Loyola reconheceu o valor da educação em si mesma bem como a importância da atividade apostólica. E se existem dúvidas sobre isto, recordemos que Inácio escreveu para Espanha dando normas precisas acerca da fundação de novos colégios. As razões avançadas realçam o valor atribuído à educação dada nos colégios inacianos, que devia ser acima da média, ser gratuita, possibilitando aos pobres a oportunidade de estudarem,

2- Miguel Bertrán-Quera, S. J., et al. (1986). *La Ratio Studiorum de los Jesuítas*, Madrid: UPC. pp. 20-21.

e os alunos deviam ser um exemplo de simplicidade e de virtude para os demais.

A espiritualidade inaciana foi sempre uma presença constante nos colégios da Companhia, facto que não pode ser esquecido quando estudamos as características da metodologia que os primeiros jesuítas aplicavam à educação. Podem parecer demasiado simples ou mesmo elementares, mas nos nossos dias ainda têm a sua atualidade. Nos colégios, os alunos não deviam estar na aula de um modo passivo, mas pelo contrário eram desafiados a ser participativos; os professores tinham obrigação de prestar atenção individualizada na sala de aula; o ensino tinha em conta a idade dos alunos e a sua personalidade.

Estamos perante algumas características educativas que não eram, de modo algum, comuns na época de Loyola, pelo que os colégios da Companhia têm mérito na sua divulgação fazendo-as chegar aos nossos dias, assim como outros princípios da espiritualidade inaciana que fizeram e fazem parte do modelo educativo dos jesuítas através dos tempos.

Em primeiro lugar, consideramos a visão do mundo e da vida que Loyola tinha. Uma visão particular em que existe bem e mal misturados, não somente nas pessoas, mas também nas estruturas da sociedade. Mas nada esteve perdido, porque a redenção é realizada por Cristo (visão cristocêntrica, sempre presente em Loyola). Por conseguinte, é preciso que cada pequena coisa ou acontecimento nos conduza para Deus, aspeto referido logo no início da Quarta parte das Constituições: «o fim que a Companhia tem diretamente em vista é ajudar as almas próprias e as do próximo a atingir o fim último para o qual foram criadas»³, mas sempre com a intenção de podermos con-

tribuir para os demais, tendo em vista a construção de um mundo melhor. É uma espiritualidade que parte de circunstâncias concretas, apesar de manter um ideal que pode ser considerado por alguns como abstrato. Por isso é que as Constituições insistem na necessidade do discernimento que nos proporciona a aprendizagem da nossa situação particular, sem esquecer a necessidade da doutrina.

A pedagogia inaciana esteve sempre assente numa base de exigência e de grande qualidade, mas a nível de todas as disciplinas e não somente para a aprendizagem das primeiras noções cristãs. Uma outra característica fundamental encontra-se na sua apetência integradora, isto é, o homem deve ser integrado num determinado modelo de vida, aquele em que vive com todos os restantes homens, e formando como um corpo, cujas partes se juntam debaixo de uma única cabeça que é Cristo, como foi afirmado pelo apóstolo Paulo na Primeira Carta aos Coríntios. Um estudante inaciano tinha que tentar ser bom em qualquer disciplina, tendo em conta o que foi dito atrás para a obtenção de uma visão cristã da vida sob o ponto de vista da razão e da ciência, mas tendo em linha de conta que a unidade é obtida pela ciência teológica.

Os colégios dos jesuítas destinavam-se a formar líderes, mas esta expressão, que tem atualmente um sentido elita e exclusivista, não queria dizer que o Fundador pretendesse educar apenas os filhos dos mais ricos ou influentes, mas apenas pessoas que mais tarde pudessem ser úteis à comunidade, sendo bons cristãos e cidadãos honestos na visão inaciana dos agentes multiplicadores que está contida nas Constituições.

3- Constituições [307].

A educação foi sempre fruto de uma determinada época histórica, e com ela estabeleceu profundas relações. Nascida numa época complexa em que as ideias e os acontecimentos fervilhavam para aproximar ou dividir os homens, a educação inaciana soube no entanto, preservar ao longo dos séculos a identidade da sua pedagogia intimamente impregnada da fé cristã e das ideias do seu fundador. Por conseguinte, o estudo da pedagogia dos jesuítas exige uma abordagem aprofundada das ideias pedagógicas assim como da espiritualidade inaciana.

É pois, com satisfação que vimos surgir este livro O Ensino e a Companhia de Jesus (séculos xvi a xviii) Volume I (1540-1580) 1.ª edição, Dezembro de 2015 de Teresa Maria Rodrigues da Fonseca Rosa com excelentes documentos de apoio.

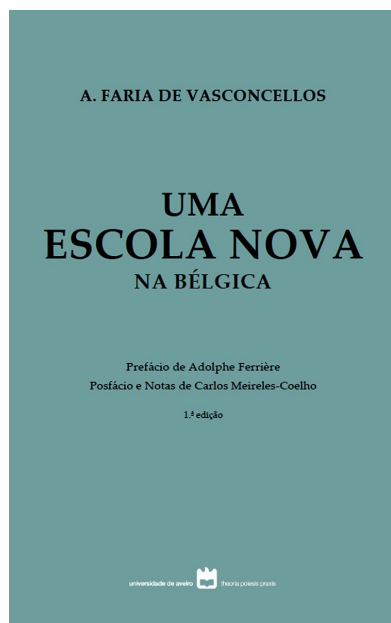
A Companhia de Jesus pretendeu estar sempre ao serviço de todos, ricos ou pobres, estiverem oprimidos ou fossem opressores. Ninguém devia ser excluído do apostolado inaciano quer se tratasse das missões ou da formação escolar. E se nos nossos dias a educação da Companhia já não constitui o sistema educativo unificado do século XVII, pois cada país adota a sua estrutura educativa às diferentes culturas, necessidades, e confissões religiosas locais, muitos são os princípios da Ratio original que ainda se encontram perfeitamente válidos. Isto não significa que o “sistema” educativo inaciano não seja ainda uma real possibilidade. O espírito comum e a visão de Inácio de Loyola tornaram possível que os colégios dos jesuítas desde os primórdios da Congregação até ao século XVIII tivessem desenvolvido princípios e métodos comuns. Mas foi o espírito de unidade, junta-

mente a uma finalidade igualmente idêntica, que criou o «sistema» escolar jesuítico do século XVII, recolhendo na Ratio esses princípios e métodos concretos. Esse espírito comum, em união com as finalidades básicas, os objetivos e as linhas de ação que dele derivaram, foram sempre, e são ainda, exemplo e fonte inspiradora em todas as escolas da Companhia.

Miguel Corrêa Monteiro

RECENSÃO

*Uma Escola nova na Bélgica*¹



“O livro de Faria de Vasconcelos, *Une École nouvelle en Belgique*, é uma obra marcante de entre as produzidas no contexto, tanto internacional como nacional, da Educação Nova. Faria de Vasconcelos, fundou em 1912 uma das mais emblemáticas, ainda que efémera, experiências de inovação pedagógica do início do século XX – a Escola Nova de Bierges-les-Wavre“

O livro de Faria de Vasconcelos, *Une École nouvelle en Belgique*, é uma obra marcante de entre as produzidas no contexto, tanto internacional como nacional, da Educação Nova. Faria de Vasconcelos, que vivia há cerca de uma década na Bélgica, primeiro como estudante e depois como professor da Universidade Nova de Bruxelas, fundou em 1912 uma das mais emblemáticas, ainda que efémera, experiências de inovação pedagógica do início do século XX – a Escola Nova de Bierges-les-Wavre. A Grande Guerra e a invasão alemã ditaram o fim prematuro dessa experiência em 1914, tendo conduzido Faria de Vasconcelos a um exílio, também ele breve, na Suíça. Desenvolveu atividades no Instituto Jean-Jacques Rousseau, tendo-se relacionado com alguns dos principais educadores suíços que inspiraram o movimento de renovação pedagógica. Foi aí que proferiu três conferências sobre a escola que fundara, as quais serviram de base para a publicação, em 1915, de *Une École nouvelle en Belgique*, editada em Neuchâtel pela casa Delachaux & Niestlé. O Prefácio é da autoria de Adolphe Ferrière e foi nele que, pela primeira vez, o educador suíço apresentou a famosa lista de 30 pontos que caracterizariam uma escola nova típica, posteriormente reelaborada em outras publicações do autor. Segundo o próprio Ferrière, a escola de Bierges estava muito próxima do modelo por ele idealizado e surgia, assim, como um exemplo a seguir. Ao longo da obra, Faria de Vasconcelos apresenta com detalhe não só o projeto educativo que inspirava a escola mas, também, os aspetos práticos relativos ao seu funcionamento quotidiano, incluindo a localização e os edifícios, as preocupações com a higiene, as opções relativas à organização pedagógica, as áreas curriculares e respetivos métodos de ensino, tanto no que se refere à educação intelectual como também à educação física, aos trabalhos manu-

1- Vasconcelos, A. Faria de (2015, 1915). *Uma Escola nova na Bélgica* (Prefácio de Adolphe Ferrière; Pós-fácio e Notas de Carlos Meireles-Coelho). Aveiro: UA Editora. [Disponível em <http://purl.pt/26930/1>]

ais e agrícolas, à educação moral, social e artística.

No centenário da publicação original de *Une École nouvelle en Belgique* é de saudar vivamente a iniciativa de Carlos Meireles-Coelho e da Universidade de Aveiro de elaborarem e publicarem, pela primeira vez, uma versão em português desta obra de Faria de Vasconcelos. A tradução é do referido professor com Ana Cotovio e Lúcia Ferreira e merece destaque a qualidade da mesma. Para além de uma edição em papel o livro conhece, igualmente, uma versão em e-Book, o que permite uma circulação mais ampla, designadamente em termos internacionais. Para além do texto original, incluindo o icónico prefácio de Adolphe Ferrière, esta edição surge enriquecida com um posfácio e um longo e útil conjunto de notas da autoria do próprio Carlos Meireles-Coelho e comentários de António Nóvoa, Isabel Martins, Jorge Carvalho Arroiteia, Albano Estrela e Manuel Ferreira Patrício. Sobre as repercussões, até à atualidade, do património pedagógico da Educação Nova, que se transformou numa verdadeira “tradição de inovação”, alvo de múltiplas e diferenciadas apropriações, mas também da banalização de alguns dos seus *slogans*, não resistimos a colocar, para finalizar, uma das reflexões que António Nóvoa nos propõe no seu contributo para esta obra:

Hoje sabemos que a Educação Nova se impôs como forma dominante de pensar a educação, ainda que muitos dos seus princípios continuem por concretizar. Na verdade, os temas que a Educação Nova propõe transformaram-se numa vulgata que, de uma ou de outra forma, pais e professores vão repetir ao longo do século XX (p. 316).

Mesmo assim, esses princípios continuam a inspirar muito do que nós fazemos hoje como educadores, assim como inspiram, reinterpretados e enriquecidos, muitas das experiências de escolas e movimentos inovadores ou alternativos - com uma presença marcante no campo pedagógico - e que continuam a questionar o modelo escolar saído da modernidade (tal como a Educação Nova o havia feito) e a batalhar por uma maneira diferente de educar as nossas crianças e os nossos jovens.

Joaquim Pintassilgo

ENCONTROS CIENTÍFICOS



History of Education Doctoral Summer School

Quando | 9 a 12 junho 2016
Onde | Groning | Holanda

[History of Education Doctoral Summer School](#)



XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação

Investigar, Intervir e Preservar – Caminhos da História da Educação Luso Brasileira

Quando | 20 a 23 junho 2016
Onde | Porto | Portugal

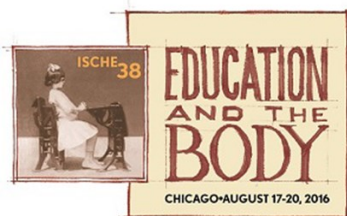
[XI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação](#)



Espacios y Patrimonio Histórico Educativo

Quando | 29 de junho a 01 julho 2016
Onde | Donostia/San Sebastián | Espanha

[Espacios y Patrimonio Histórico Educativo](#)



ISCHE 2016

Education and the body

Quando | 17-20 de agosto de 2016
Onde | Chicago | USA

[ISCHE 2016](#)



Ecer 2016

Leading Education: The Distinct Contributions of Educational Research and Researchers

Quando | 22-26 de agosto de 2016
Onde | Dublin | Irlanda

[Ecer 2016](#)



VIII ENCONTRO IBÉRICO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

A história da educação hoje: desafios, interrogações, respostas

Quando | 8 a 10 setembro 2016
Onde | Lugo | Espanha

[VIII Encontro Ibérico de História da Educação](#)



EVOCÇÃO DO CINQUENTENÁRIO DO FALECIMENTO DE DELFIM SANTOS (1966-2016)

Quando | outubro/novembro 2016

Onde | Lisboa| Portugal

[Evocção do cinquentenário do falecimento de Delfim Santos](#)

VII Conversaciones
Pedagógicas
de SALAMANCA

2016
OCTUBRE
20-22

INFLUENCIAS
SUIZAS
EN LA
EDUCACIÓN
ESPAÑOLA
IBEROAMERICANA

VII CONVERSACIONES PEDAGÓGICAS DE SALAMANCA

Inluencias suizas en la Educación Española

Quando | 20 a 22 outubro

Onde | Salamanca | Espanha

[VII Conversaciones Pedagógicas de Salamanca](#)

REVISTAS INTERNACIONAIS DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO



Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education

V. 52, n. 3, maio 2016

[Paedagogica Historica: International Journal of the History of Education](#)



História da Educação

Dossier: *A educação nos Estados Unidos: do século XIX ao século XX*

V. 20, n. 48, jan. - abr., 2016

[História da Educação](#)

Cunha/Belo Horizonte, v. 2, n. 1, jan-mar/2016

Educação Infantil

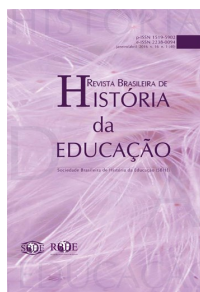


Pensar a Educação em Revista

Educação Infantil

V. 2, n. 1, jan. - mar. 2016

[Pensar a Educação em Revista](#)



Revista Brasileira de História da Educação

Dossier: *História da Cultura Escrita*

V. 16, n. 1 (40), 2016

[Revista Brasileira de História da Educação](#)



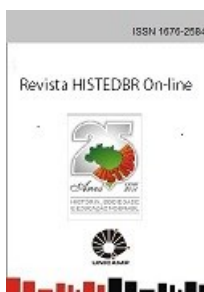
ESPACIO, TIEMPO Y EDUCACIÓN

Espacio, Tiempo y Educación

La Historia de la Educación ante sí misma

V. 3, n. 1, jan / junh. 2016

[Espacio, Tiempo y Educación](#)



Revista HISTEDBR On-Line

V. 15, n. 66, dez. 2015

[Revista HISTEDBR On-Line](#)

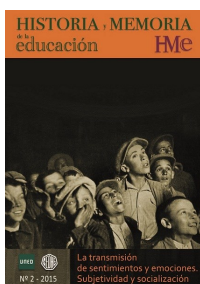


Cadernos de História da Educação

Dossier: *A intervenção da América: Estudos sobre educação, história e cultura na América Latina (1879-1950)*

V. 4, n. 3, 2015

[Cadernos de História da Educação](#)



Revista Historia y Memoria de la Educación

La transmisión de emociones y sentimientos. Subjetividad y socialización

n. 2, 2015

[Revista Historia y Memoria de la Educación](#)



HISTEDUP

ASSOCIAÇÃO
DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
DE PORTUGAL

Site: www.sophe.pt

E-mail: sophe.pt@gmail.com